

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Presidente Nereu

Data de Fundação – 30/12/1961

População: 2.283 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 34,41 (em milhões)
(IBGE - 2009)





SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro.....	16
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	17
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	20
5.1. Saúde.....	20
5.2. Ensino	22
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	22
5.2.2. FUNDEB.....	24
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	27
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	27
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	28
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	29
6. DO CONTROLE INTERNO.....	31
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	31
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010	34
9. RESTRIÇÕES APURADAS	38
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011	38
CONCLUSÃO	39
ANEXO	41
APÊNDICE.....	42

PROCESSO	PCP 12/00100970
UNIDADE	Município de Presidente Nereu
RESPONSÁVEL	Sr. Eudegar Jose Back - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO N°	2920/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Presidente Nereu, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Presidente Nereu, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 23/10/2012.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de



forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

A segunda metade da década de 1920 marca o início da História de Presidente Nereu. Os primeiros moradores foram caçadores oriundos de São Pedro de Alcântara. Nesta mesma época, José da Costa Miranda demarcou a colônia agrícola de Edelberto Brasilides de Oliveira e, em 1928, Antônio Fernando Joenck fixou-se na região, sendo considerado oficialmente o primeiro morador. Na década de 1930, mais de 10 famílias de imigrantes italianos e alemães formavam a comunidade, que pertencia a Brusque. A colônia teve diversos nomes: Vila D'Alva, Gaspar, Brusque Nova, Santa Rita, Boa Esperança e Naufrágio, este último para lembrar o naufrágio de um barco com imigrantes que afundou no Rio Itajaí-Mirim - felizmente todos se salvaram. Mais tarde foi criado o distrito de Nilo Peçanha, pertencente a Vidal Ramos. Mas logo o nome mudou novamente, dessa vez para Itaquá, que em tupi-guarani significa “local pedregoso”. Quando o município foi criado, em 30 de dezembro de 1961, finalmente recebeu o nome atual - uma homenagem a Nereu Ramos, o único Presidente da República nascido em Santa Catarina.

O Município de Presidente Nereu tem uma população estimada em 2.283² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,77³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 34.406.221,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 14.804,74, considerando uma população estimada em 2009 de 2.324 habitantes.

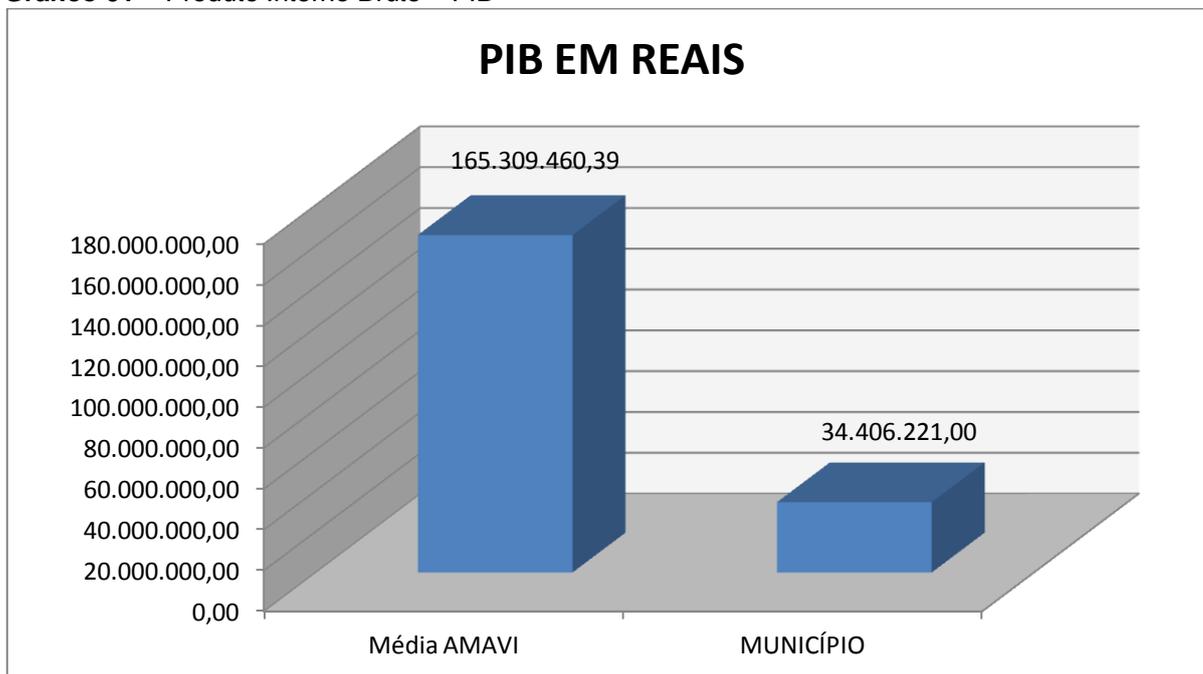
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

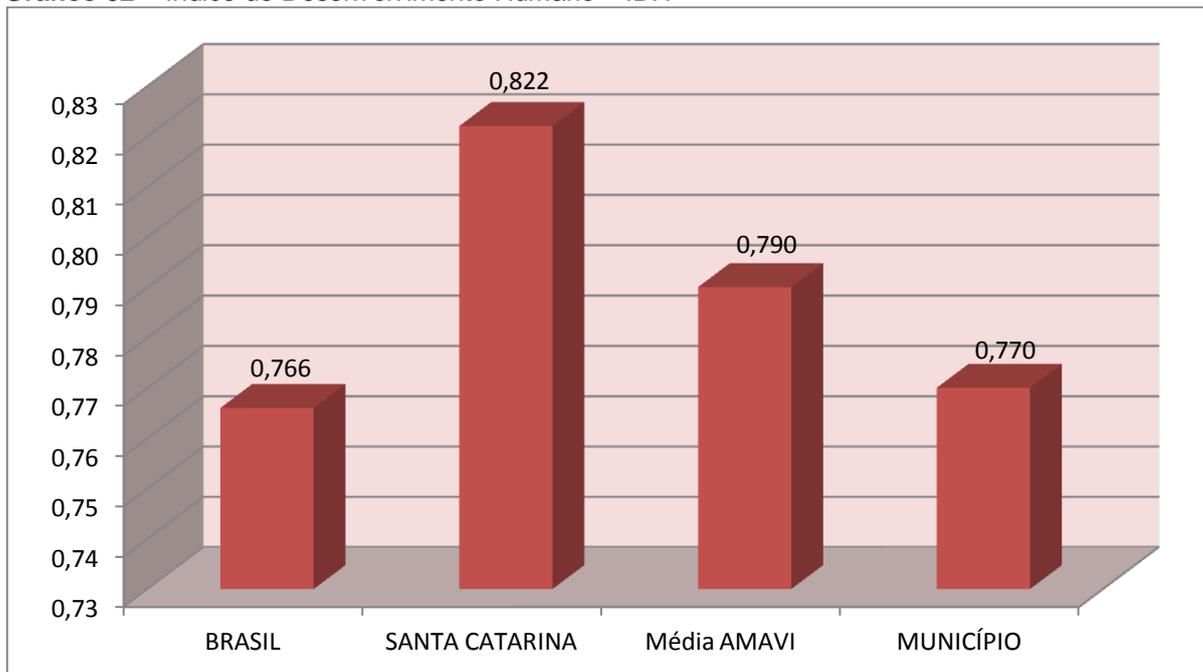
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Presidente Nereu encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluindo as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	8.368.010,80
PPA	1.246/2009	28/07/2009		
LDO	1.286/2010	14/09/2010	DESPESA FIXADA	8.368.010,80
LOA	1.294/2010	03/11/2010		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 14.889,76**, correspondendo a **0,18%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 14.889,76, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Superávit de R\$ 71,83 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 14.817,93.

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	8.368.010,80	8.350.142,52	99,79
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	11.007.232,95	8.335.252,76	75,73
Superávit de Execução Orçamentária		14.889,76	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

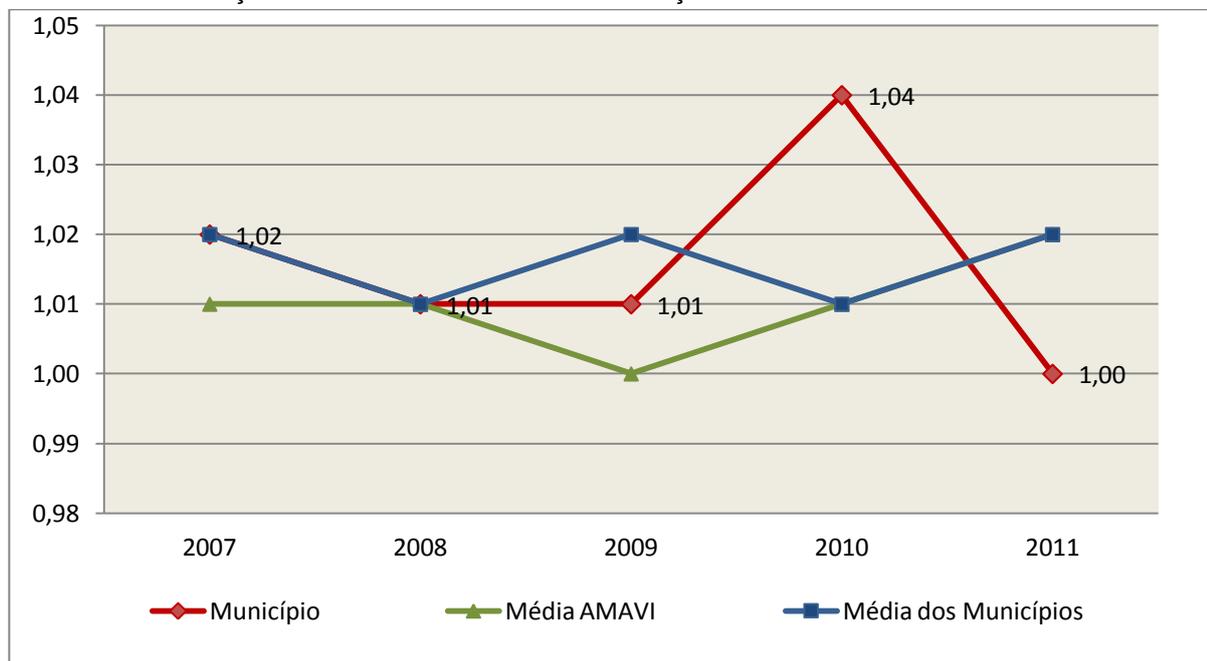
A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Presidente Nereu nos últimos 5 anos:

Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO		2007	2008	2009	2010	2011
1	Receita realizada	4.861.907,10	5.591.799,63	6.082.223,83	7.615.864,72	8.350.142,52
2	Despesa executada	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03	8.335.252,76
QUOCIENTE		2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,02	1,01	1,01	1,04	1,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 8.350.142,52**, equivalendo a **99,79%** da receita orçada.

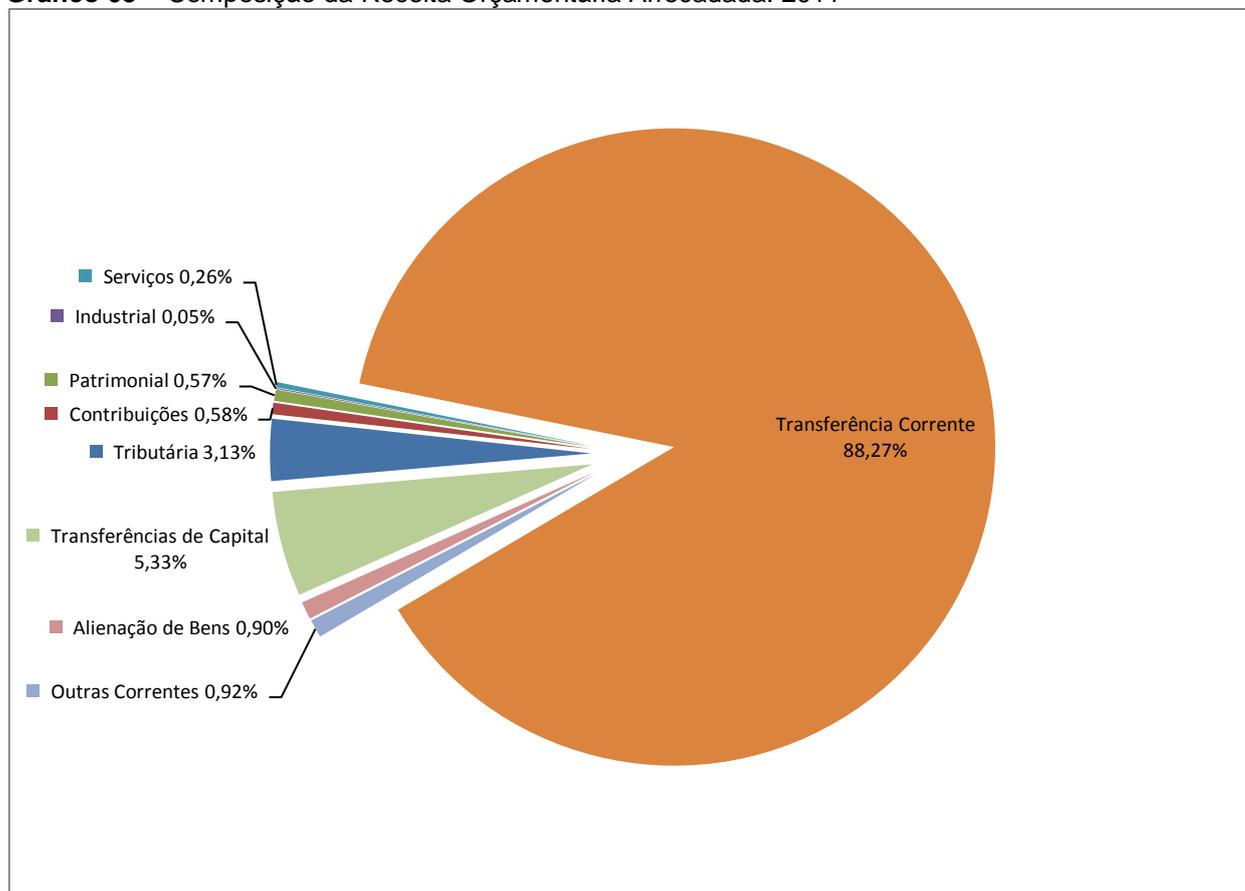
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	259.380,00	261.325,36	100,75
Receita de Contribuições	35.000,00	48.423,99	138,35
Receita Patrimonial	19.060,00	47.321,97	248,28
Receita Industrial	-	4.329,98	-
Receita de Serviços	66.020,00	21.814,33	33,04
Transferências Correntes	7.040.590,80	7.370.438,89	104,68
Outras Receitas Correntes	243.140,00	76.423,32	31,43
RECEITA CORRENTE	7.663.190,80	7.830.077,84	102,18
Operações de Crédito	21.600,00	-	-
Alienação de Bens	43.480,00	75.000,00	172,49
Transferências de Capital	639.740,00	445.064,68	69,57
RECEITA DE CAPITAL	704.820,00	520.064,68	73,79
TOTAL DA RECEITA	8.368.010,80	8.350.142,52	99,79

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

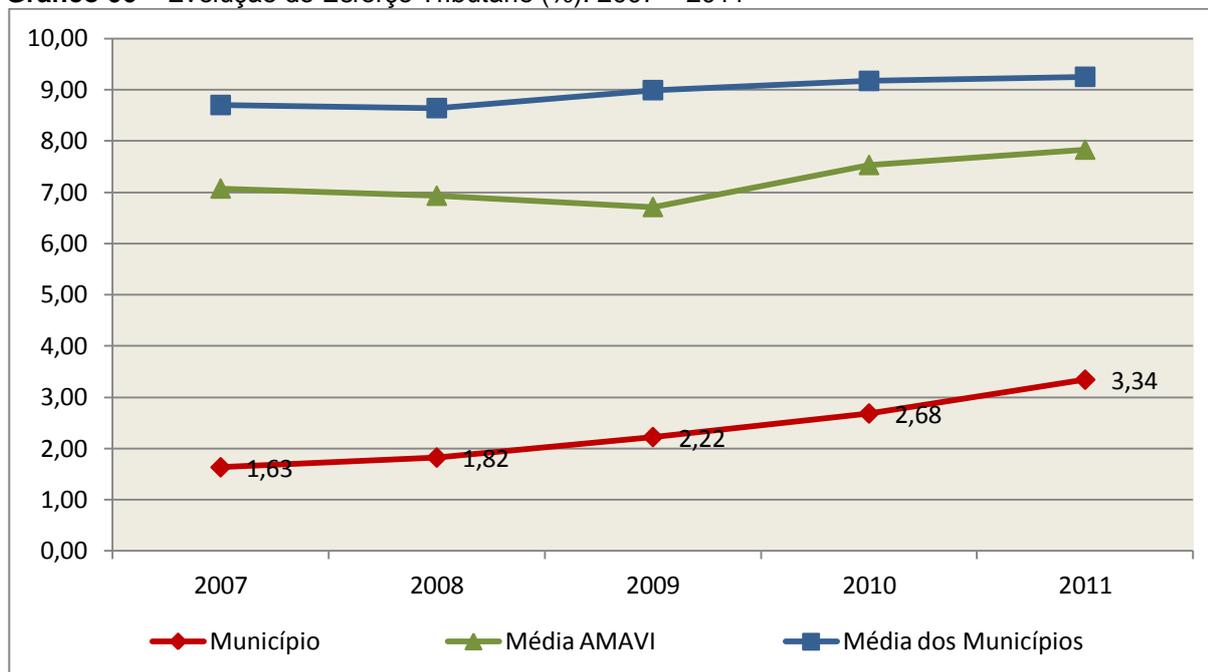


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **88,27%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

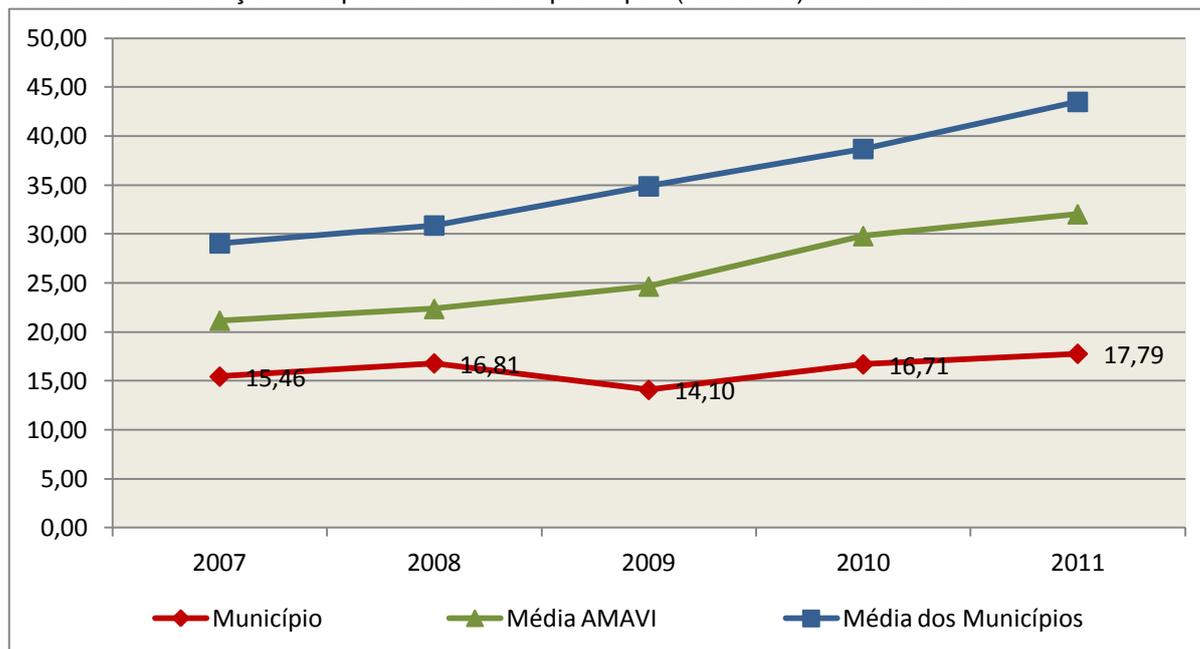


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

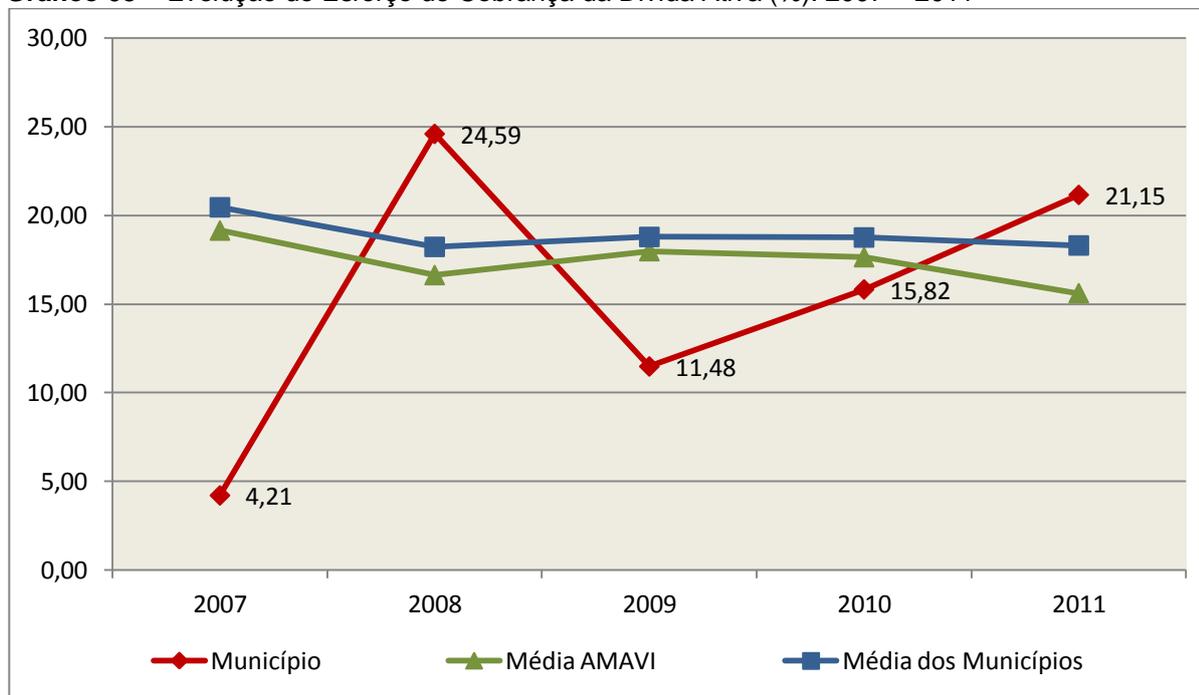
A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
21.382,20	106.561,53	0,00	0,00	4.522,86	0,00	123.420,87

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	368.000,00	367.481,31	99,86
04-Administração	1.328.300,00	1.257.519,90	94,67
08-Assistência Social	620.829,85	517.004,21	83,28
10-Saúde	1.823.864,59	1.747.814,05	95,83
12-Educação	3.178.483,40	1.883.486,41	59,26
13-Cultura	222.800,00	192.588,66	86,44
15-Urbanismo	390.500,00	46.443,15	11,89
20-Agricultura	679.003,43	662.686,59	97,60
23-Comércio e Serviços	150.400,00	35.208,34	23,41
24-Comunicações	12.300,00	11.031,35	89,69
26-Transporte	1.538.560,00	1.412.955,16	91,84

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
27-Desporto e Lazer	90.500,00	48.074,79	53,12
28-Encargos Especiais	185.200,00	152.958,84	82,59
99-Reserva de Contingência	10.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	10.598.741,27	8.335.252,76	78,64

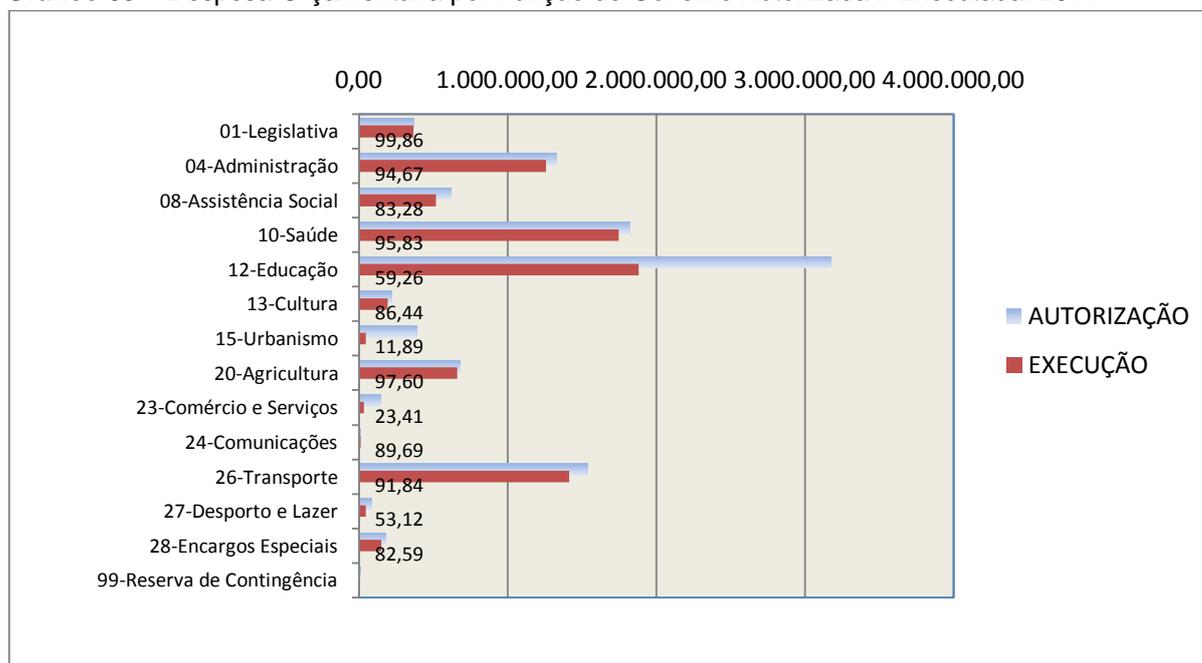
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Sobre a divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	266.095,23	293.650,30	375.953,66	331.603,80	367.481,31
04-Administração	666.199,73	660.488,48	925.545,14	1.076.622,43	1.257.519,90
08-Assistência Social	225.743,19	366.575,62	307.049,92	455.573,00	517.004,21
10-Saúde	964.863,11	1.138.805,92	1.286.582,32	1.505.410,11	1.747.814,05
12-Educação	1.040.489,60	1.281.336,04	1.506.139,73	1.640.412,19	1.883.486,41
13-Cultura	11.130,43	11.951,53	27.988,28	38.859,84	192.588,66
15-Urbanismo	141.367,43	39.186,07	28.774,13	160.074,38	46.443,15
20-Agricultura	301.757,22	403.175,87	467.173,36	938.715,22	662.686,59
23-Comércio e Serviços	26.627,59	50.744,25	51.307,64	81.809,20	35.208,34
24-Comunicações	11.700,81	2.871,35	1.893,74	12.196,58	11.031,35
26-Transporte	968.156,22	1.153.419,92	857.353,04	934.226,64	1.412.955,16
27-Desporto e Lazer	10.722,49	6.560,43	9.628,73	20.368,51	48.074,79
28-Encargos Especiais	141.306,20	143.034,72	151.981,10	146.296,13	152.958,84
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03	8.335.252,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	40.612,22	0,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	111.957,91	1,48
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	62.386,04	0,82
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	14.102,72	0,19
Cota do ICMS	2.206.653,13	29,08
Cota-Parte do IPVA	97.360,18	1,28
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	42.846,40	0,56
Cota-Parte do FPM	4.992.324,67	65,78
Cota do ITR	4.502,55	0,06
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	12.012,96	0,16
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	2.461,29	0,03

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	1.918,80	0,03
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	7.589.138,87	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	9.258.655,19
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.428.577,35
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.830.077,84

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Presidente Nereu (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	447.584,98	462.749,81	Financeiro	-	275,07
Disponível	447.584,98	462.749,81	Depósitos	-	275,07
Bancos Conta Movimento	447.584,98	194.375,61	Consignações	-	275,07
Bancos Conta Vinculada	-	268.374,20			
Permanente	6.344.798,78	7.231.835,53			
Dívida Ativa	21.382,20	123.420,87			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	21.382,20	123.420,87			
Imobilizado	6.323.416,58	7.108.414,66			
Bens Móveis e Imóveis	6.323.416,58	7.108.414,66			
Bens Imóveis	3.783.155,17	3.967.156,67			
Bens Móveis	2.540.261,41	3.141.257,99			
ATIVO REAL	6.792.383,76	7.694.585,34	PASSIVO REAL	0,00	275,07
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	6.792.383,76	7.694.310,27
			Ativo Real Líquido	6.792.383,76	7.694.310,27
TOTAL	6.792.383,76	7.694.585,34	TOTAL	6.792.383,76	7.694.585,34

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 462.474,74** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,00** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação positiva de **R\$ 14.889,76** passando de um Superávit de **R\$ 447.584,98** para um Superávit de **R\$ 462.474,74**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 272.087,43**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	447.584,98	462.749,81	15.164,83
Passivo Financeiro	0,00	275,07	275,07
Saldo Patrimonial Financeiro	447.584,98	462.474,74	14.889,76

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

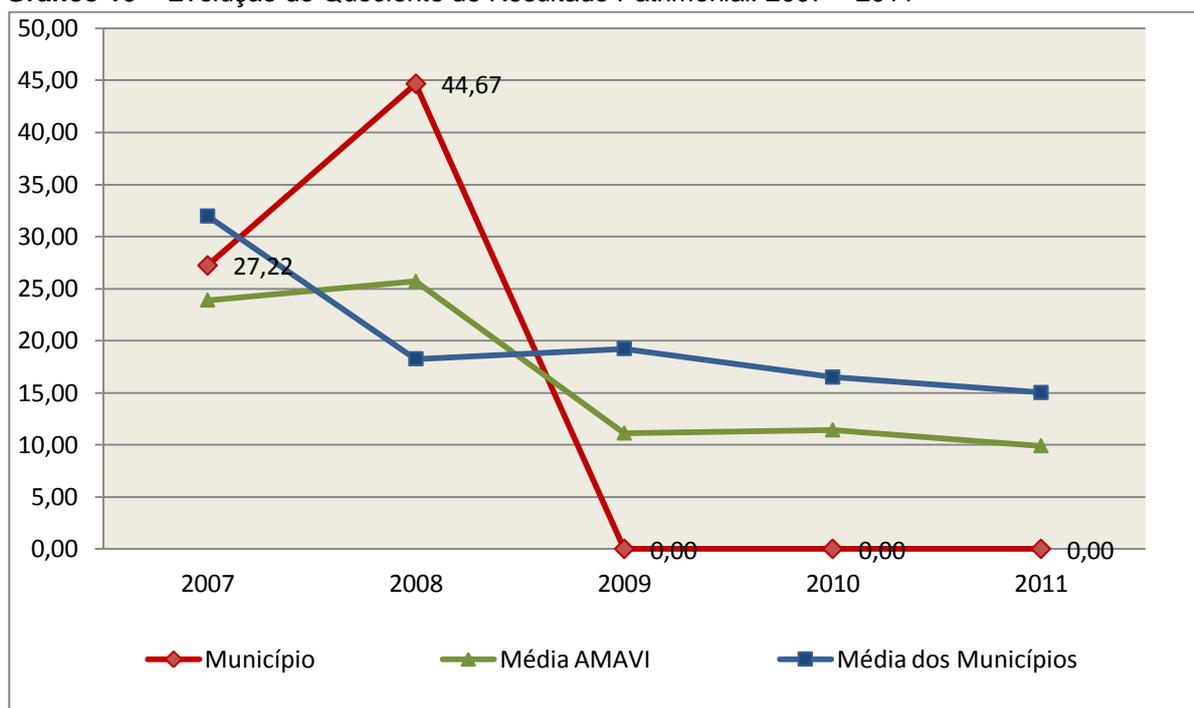
ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	4.776.159,25	5.551.800,50	5.997.370,79	7.342.168,03	8.335.252,76
2 Restos a Pagar	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00
3 Ativo Financeiro Ajustado	120.751,66	145.287,51	173.888,29	447.584,98	462.749,81
4 Passivo Financeiro Ajustado	70.244,73	55.869,82	0,00	0,00	275,07
5 Ativo Real	3.876.072,41	5.671.976,95	6.033.300,05	6.792.383,76	7.694.585,34
6 Passivo Real	142.372,71	126.970,71	0,00	0,00	275,07
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	27,22	44,67	0,00		
Situação Financeira (3÷4)	1,72	2,60	0,00		
Restos a Pagar (2÷1)*100	1,15	0,99	0,00	0,00	0,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011



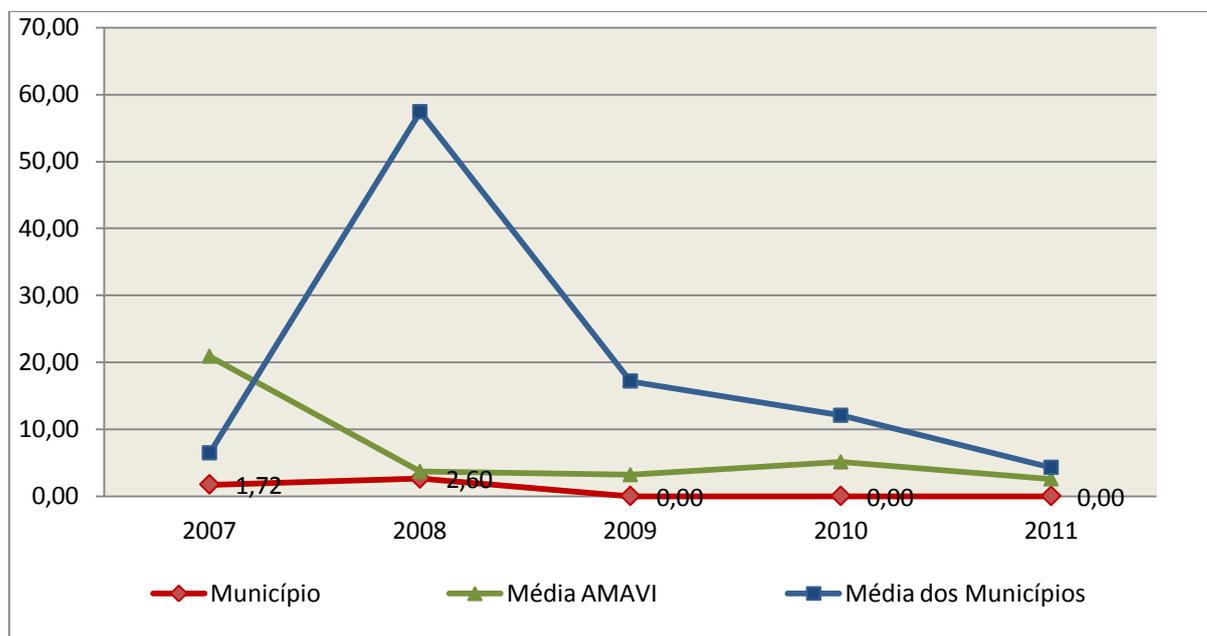
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011

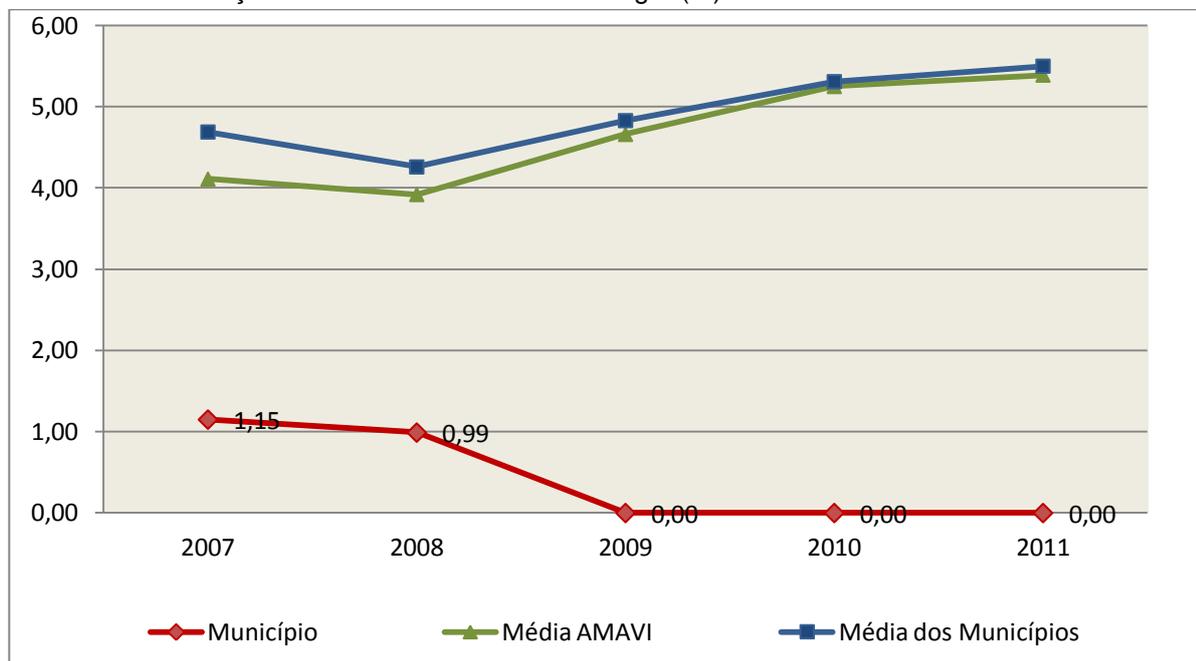


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Presidente Nereu é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,00%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.212.880,00** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **15,98%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 74.509,17**, representando **0,98%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

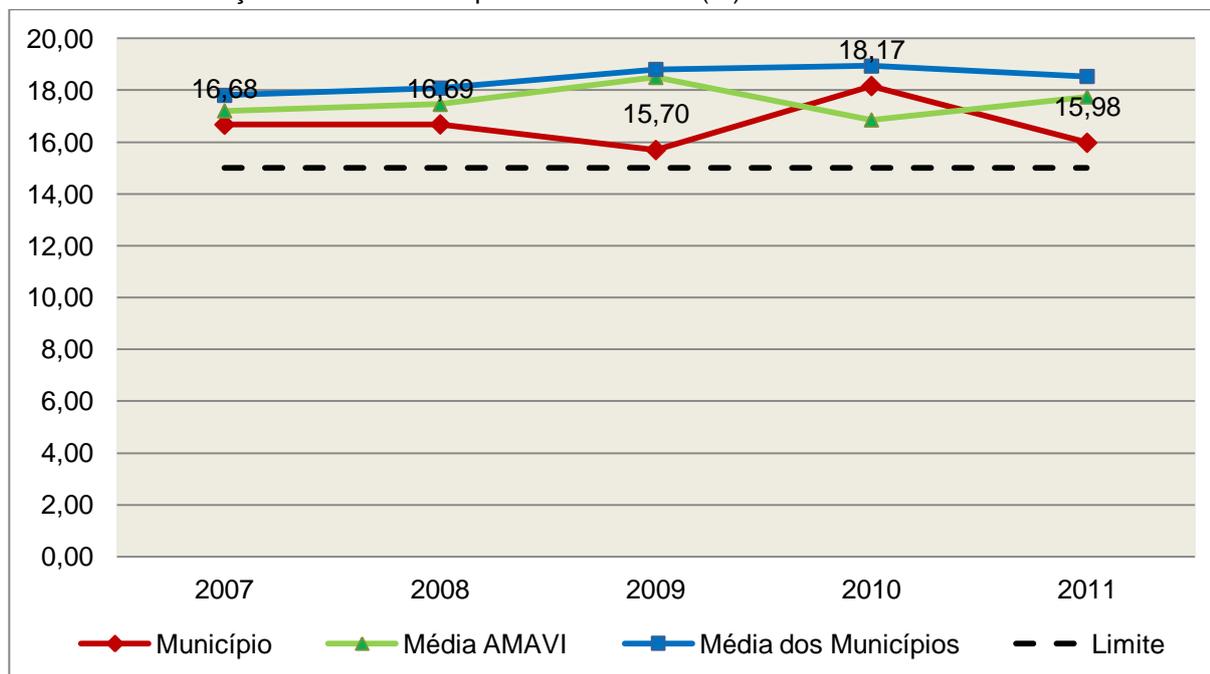
Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	7.589.138,87	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.747.814,05	23,03
Atenção Básica (10.301)	1.747.814,05	23,03
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	534.934,05	7,05
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.212.880,00	15,98
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.138.370,83	15,00
Valor Acima do Limite	74.509,17	0,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Presidente Nereu em 2011 reduziu seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.237.165,11** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,48%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 339.880,39**, representando **4,48%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

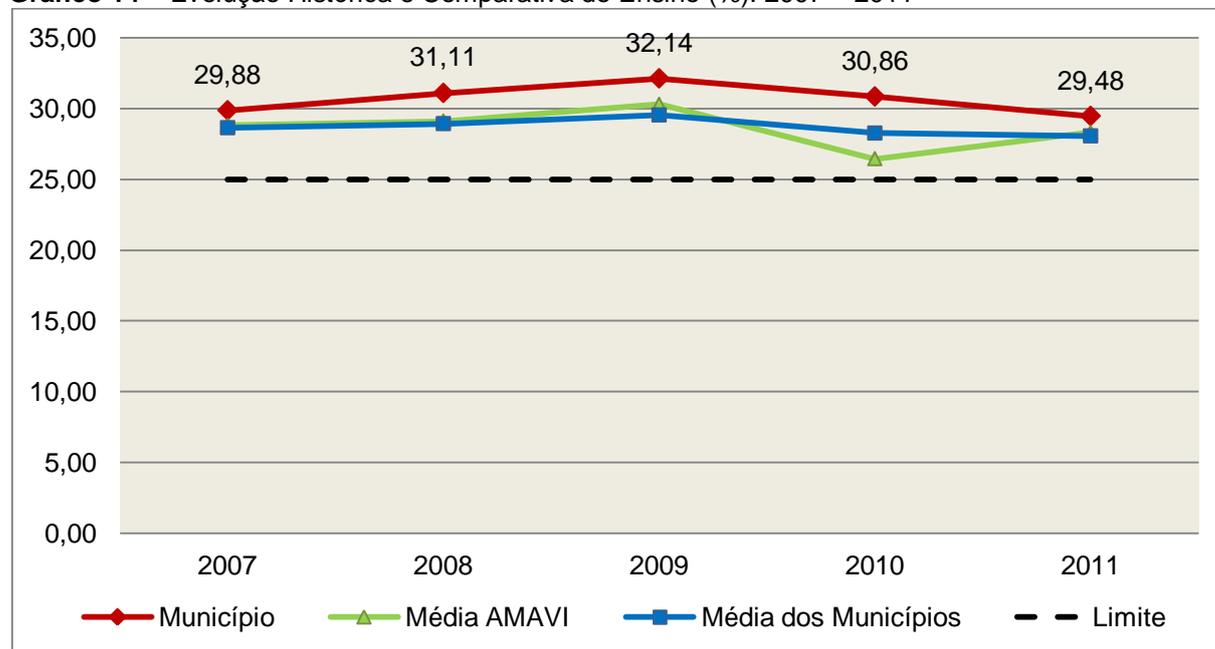
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	7.589.138,87	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	365.456,56	4,82
Educação Infantil (12.365)	365.456,56	4,82
Valor Aplicado Ensino Fundamental	1.475.014,79	19,44
Ensino Fundamental (12.361)	1.475.014,79	19,44
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	400.318,82	5,27
(+) Perda com FUNDEB	799.908,64	10,54
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.896,06	0,04
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.237.165,11	29,48
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.897.284,72	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	339.880,39	4,48

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Presidente Nereu em 2011 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 506.480,41**, equivalendo a **80,19%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

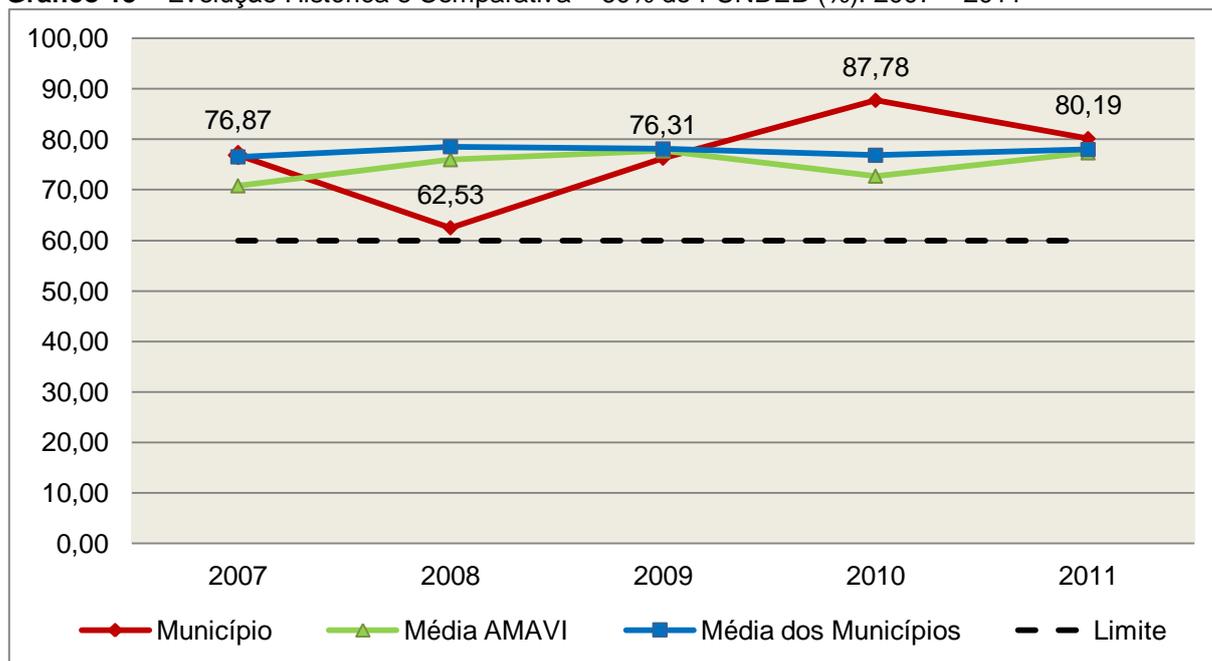
Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	628.668,71
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.896,06
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	631.564,77
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	378.938,86
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	506.480,41
Valor Acima do Limite	127.541,55

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 629.944,67**, equivalendo a **99,74%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

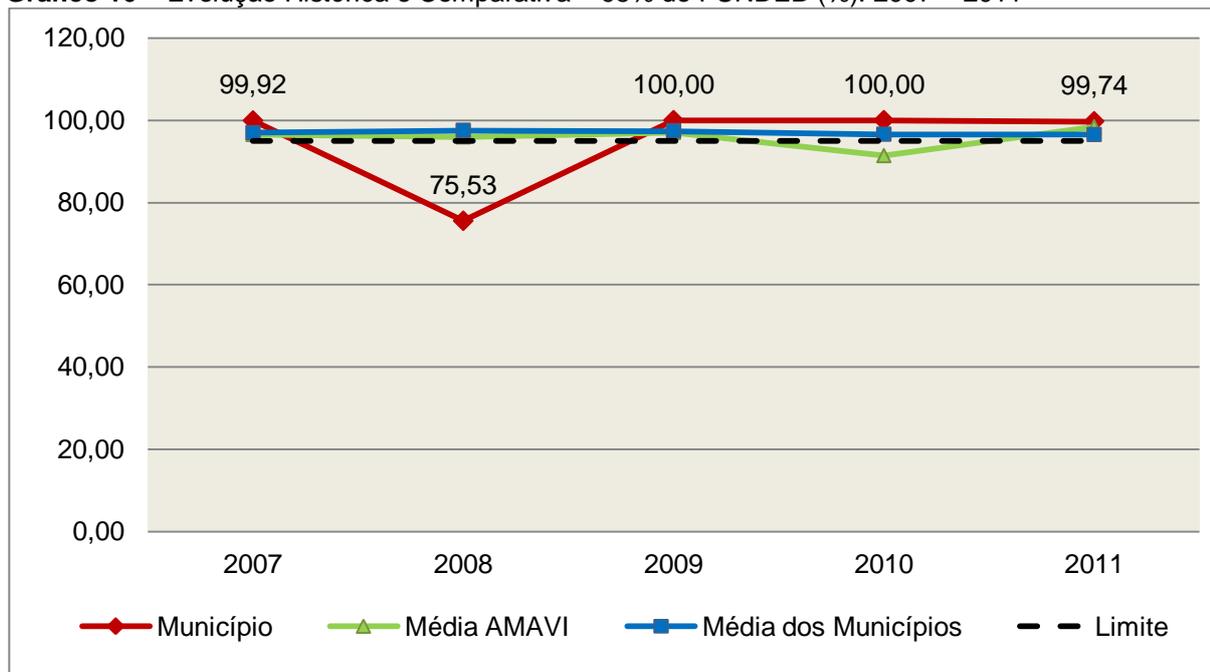
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	631.564,77
95% dos Recursos do FUNDEB	599.986,53
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	629.944,67
Valor Acima do Limite	29.958,14

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Presidente Nereu reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Ante a inexistência de saldo no encerramento do exercício de 2010 de recursos do FUNDEB, resta prejudicada a verificação prevista no art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	1.620,10
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	1.620,10

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.830.077,84	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.698.046,70	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.643.826,94	46,54
Pessoal e Encargos	3.643.826,94	46,54
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	309.894,26	3,96
Pessoal e Encargos	309.894,26	3,96
Total das deduções das despesas com pessoal*	3.414,59	0,04
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	3.950.306,61	50,45
Valor Abaixo do Limite (60%)	747.740,09	9,55

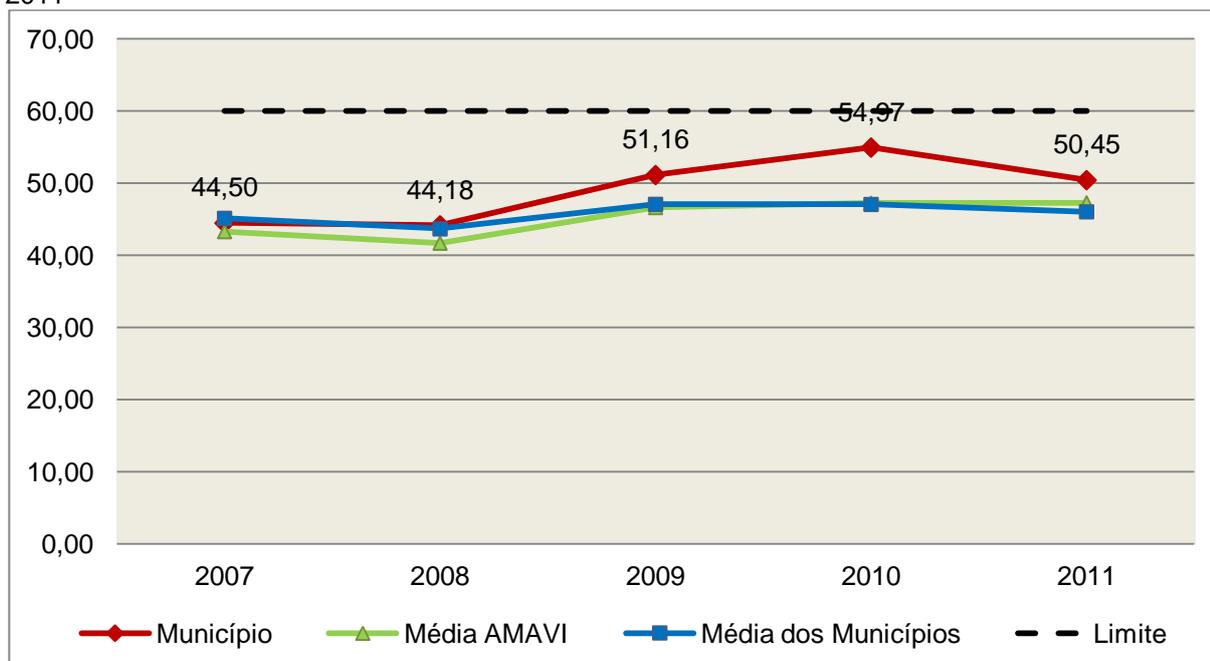
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

No exercício em exame, o Município gastou **50,45%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Presidente Nereu, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.830.077,84	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.228.242,03	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.643.826,94	46,54

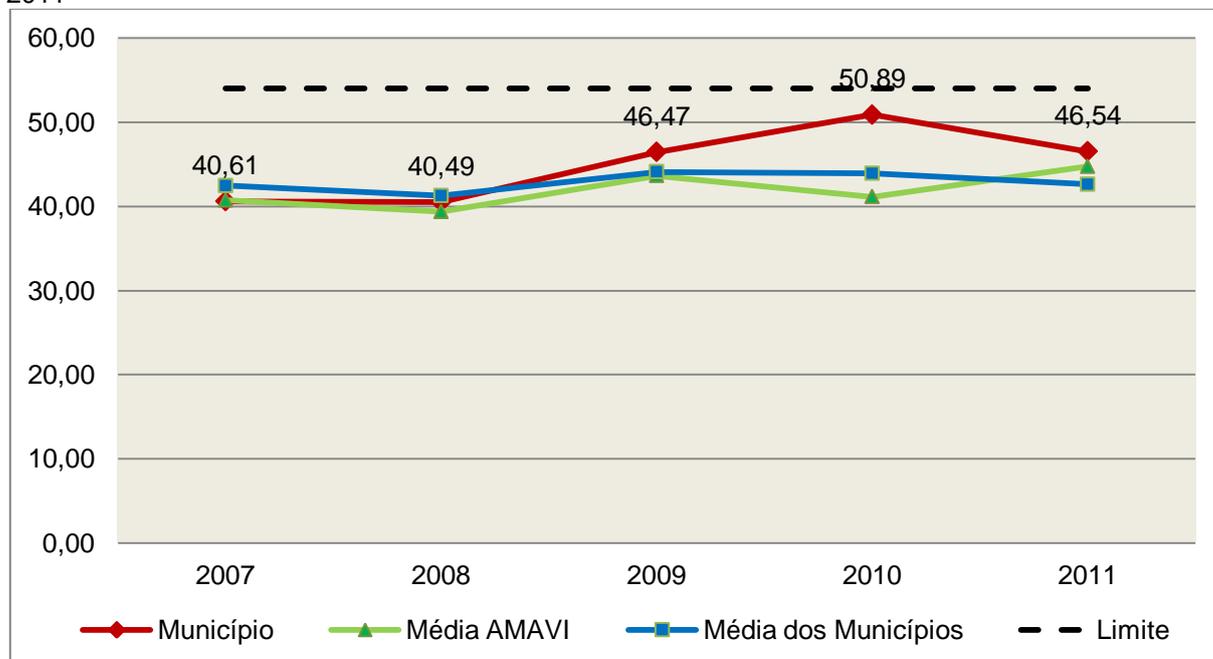
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.643.826,94	46,54
Valor Abaixo do Limite (54%)	584.415,09	7,46

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **46,54%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

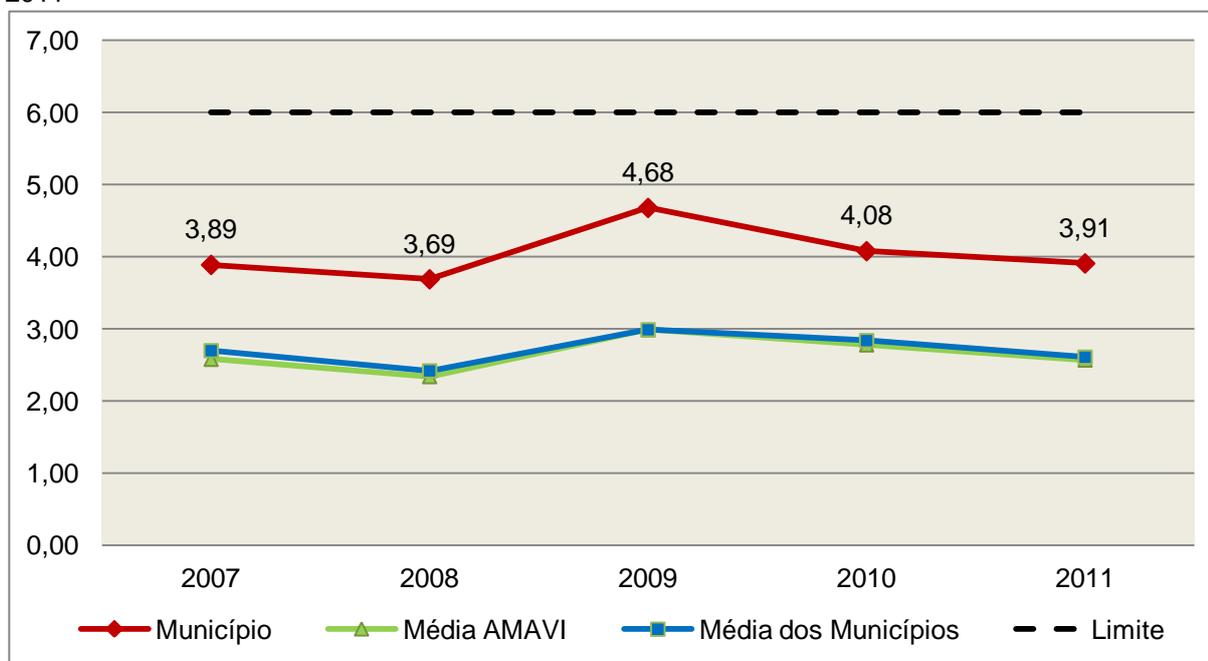
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	7.830.077,84	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	469.804,67	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	309.894,26	3,96
Deduções com pessoal do Poder Legislativo*	3.414,59	0,04
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	306.479,67	3,91
Valor Abaixo do Limite (6%)	163.325,00	2,09

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções dispostas no Anexo deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,91%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Presidente Nereu, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	4, de 19/12/2003					
RESPONSÁVEL	Carla Schaufelberger	ATO DE NOMEAÇÃO			Decreto nº 08/2009, de 08/01/2009	
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	06/04/2011	03/06/2011	02/08/2011	27/09/2011	02/12/2011	02/02/2012
Diferença em Dias						
1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.	
6	3	1	0	2	2	

Obs.: O atraso no envio dos Relatórios do Controle Interno consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e



comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso

II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Presidente Nereu, constata-se que a despesa do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (R\$ 36.581,02) representa 0,73% da despesa total realizada pela Prefeitura Municipal (R\$ 5.040.266,60) (fl. 24 dos autos).

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 807 a 813. dos autos), verifica-se que:

1) Os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 811 a 813. Entretanto, não foi encaminhada a nominata;

2) Não houve a remessa do Plano de Ação referente ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, em desacordo ao disposto o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Não houve a remessa do Plano de Aplicação dos recursos do FIA, caracterizando a ausência de elaboração do mesmo, contrariando o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) O pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar representa 58,07% da despesa total do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, onde deste 66,86% se refere a remuneração total dos Conselheiros Tutelares, sendo que a mesma está sendo financiada com recursos do referido Fundo, em desacordo ao artigo 16 da Resolução CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010 (fls. 810 e 867 dos autos).

Art. 16 Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

[...]

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.



Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Presidente Nereu**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Presidente Nereu** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

⁵ População de 2.324 habitantes (IBGE – 2008).

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Atraso na remessa dos Relatórios de Controle Interno referentes aos 1º, 2º, 3º, 5º e 6º bimestres, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (Quadro 20);

9.1.2 Divergência, no valor de **R\$ 408.491,68**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 11.007.232,95) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 10.598.741,27), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	As demonstrações contábeis demonstram adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial.	
2) Resultado Orçamentário	Superávit	R\$ 14.889,76
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 462.474,74
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	15,98%
4.2) Ensino	25,00%	29,48%
4.3) FUNDEB	60,00%	80,19%
	95,00%	99,74%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	50,45%
b) Poder Executivo	54,00%	46,54%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,91%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que prevêem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Presidente Nereu**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;



III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 9, em 29/10/2012.

SCHIRLEY DA SILVA
Aux. Ativ. Adm. e de Contrle Externo

LÚCIA HELENA GARCIA
Auditora

Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 9

De Acordo

Em 29/10/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde	532.573,44
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.360,61
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	534.934,05

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	10.799,43
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	12.727,71
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	372.538,23
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	4.253,45
Total das deduções das despesas com Educação Básica	400.318,82

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Legislativo: Despesas de Exercícios Anteriores (3.1.90.92 e 3.1.91.92)	3.414,59
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	3.414,59
Total das deduções das despesas com pessoal	3.414,59

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	628.668,71
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	2.896,06
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	1.620,10
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	629.944,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
23 - Transferências de Convênios: Saúde	2011	301	184.001,50	184.001,50	184.001,50
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2011	301	81.394,66	81.394,66	81.394,66
64 - Atenção Básica	2011	301	242.172,04	242.172,04	242.172,04
65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2011	301	3.357,59	3.357,59	3.357,59
66 - Vigilância em Saúde	2011	301	9.451,50	9.451,50	9.451,50
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	301	12.196,15	12.196,15	12.196,15
TOTAL			532.573,44	532.573,44	532.573,44

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	300	04/05/2011	MARLI MOTA DE MACEDO DA SILVA	1.092,81	1.092,81	1.092,81	RELATIVO AO AUXILIO FUNERAL PAGO A SENHOORA MARLI MOTA DE MACEDO DA SILVA EM RAZAO DO FALECIMENTO DO SEU MARIDO ADILCIO DA SILVA, SERVIDOR DA PREFEITU RA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU.
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	385	02/06/2011	DESPACHANTE DANILO DANKER	100,00	100,00	100,00	REFERENTE A HONORARIOS DE DESPACHANTE VEICULOS PLA CAS MDA2443 E MAR7893 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	398	07/06/2011	DETRAN - SC	68,10	68,10	68,10	RELATIVO A MULTA POR INFRAÇÃO COMETIDA SOB A DIREÇ ÃO DO VEICULO PLACA MHU 5086 (DIRIGIR VEICULO UTIL IZANDO-SE DE TELEFONE CELULAR), PROCESSO DE RESSAR CIMENTO REALIZADO EM FOLHA DO CONDUTOR SENHOR VALD EMIRO VOLTOLINE.
Fundo Municipal de Saúde de	02 - Receitas de Impostos e Transf de	301	559	22/07/2011	DETRAN - SC	180,89	180,89	180,89	RELATIVO A DUAS MULTAS APLICADAS AO VEICULO PLACA MDE 4705, AS (TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MAXIMA PERMITIDA E ESTACIONAR EM LOCAL DESTINADO A O EMBARQUE E DESEMBARQUE DE

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Presidente Nereu	impostos: Saúde								PASSEGEIROS) PROCESSO DE RESSARCIMENTO NO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS EM NOME DO SERVIDOR GERMANO RACHADEL.
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	668	24/08/2011	DETRAN - SC	280,91	280,91	280,91	RELATIVO A MULTA DE INFRAÇÃO VEICULO PLACA MFZ 12 57 (TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MAXIMA PERM ITIDA) CONDUTOR JOSE ALTAIR KRAUS. MULTA DE INFRAÇ ÃO VEICULO PLACA MHU5086 (ESTACIONAR SOBRE FAIXA D ESTINADA A PEDESTRE) CONDUTOR VALDEMIRO VOLTOLINI. MULTA DE INFRAÇÃO VEICULO PLACA MGU5086 (TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MAXIMA PERMITIDA EM ATE 20%). CONDUTOR VALDEMIRO VOLTOLINE. PROCESSO DE RESSARCIMENTO REALIZADO PELO RECURSOS HUMANOS EM FOLHA DE PAGAMENTO DOS CONDUTORES.
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	671	26/08/2011	DETRAN - SC	68,10	68,10	68,10	RELATIVO A MULTA DE TRANSITO - TRANSITAR VELOCIDA DE SUPERIOR A MAXIMA PERMITIDA PARA O LOCAL, N.º N OTFICAÇÃO 2898283. INFRATOR MOTORISTA NILTON GELSL EICHTER, PROCESSO DE RESSARCIMENTO EM FOLHA DE PAG AMENTO EALIZADO PELO RECURSOS HUMANOS DO MUNICIPIO.
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	829	08/10/2011	VALPEL COM. REPRES. PAPEL E EMBALAG. LTDA	187,65	187,65	187,65	REFERENTE A AQUISICAO DE MATERIAIS PARA CONFECCAO DE CONVITES PARA INAUGURACAO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE ADILSIO DA SILVA
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	856	17/10/2011	RADIO DIFULSORA ALTO VALE LTDA	148,00	148,00	148,00	RELATIVO A SERVICO DE DIVULGACAO DA INAUGURACAO DA UNIDADE BASICA DE SAUDE ADILCIO DA SILVA E A REVI TALIZACAO DO CENTRO ADMINISTRATIVO ALOISIO BECHKHA USER
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	861	19/10/2011	RADIO MIRADOR LTDA	132,00	132,00	132,00	REFERENTE A DIVULGACAO DA INAUGURACAO DA UNIDADE B ASICA DE SAUDE ADILCIO DA SILVA E REVITALIZACAO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA ALOISIO BECKHAUSER
Fundo Municipal de Saúde de Presidente Nereu	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1046	25/11/2011	DETRAN - SC	102,15	102,15	102,15	RELATIVO AO EMPENHAMENTO DE MULTA, COM PROCESSO DE RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO DESCONTO EM FOLHA DO SERVID OR (INFRATOR) VALDEMIRO VOLTOLINI.
TOTAL						2.360,61	2.360,61	2.360,61	



Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	365	10.799,43	10.799,43	10.799,43
TOTAIS			10.799,43	10.799,43	10.799,43

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	276	08/02/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	182,78	182,78	182,78	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MELANCIA, MAMAO , PESSOGO, UVA, MACA, ...) PARA MERENDA ESCOLAR NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	360	22/02/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	244,81	244,81	244,81	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	443	25/02/2011	PANIFICADORA BERTOLINO LTDA	101,25	101,25	101,25	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) DEST INADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	471	01/03/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	141,60	141,60	141,60	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJ EIROS) PARA MERENDA ESCOLAR NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	707	23/03/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	177,57	177,57	177,57	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJ EIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL .
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	833	07/04/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	244,61	244,61	244,61	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	856	13/04/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	129,89	129,89	129,89	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJ EIROS) PARA MERENDA ESCOLAR DOS NUCLEOS DE EDUCACA O INFANTIL DO MUNICIPIO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Nereu	Educação								
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1111	16/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	33,30	33,30	33,30	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA CONFECCAO DE MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1170	23/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	54,30	54,30	54,30	AQUISICAO DE PAO DE LEITE PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1255	30/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	47,25	47,25	47,25	AQUISICAO DE PAO PARA MERENDAS DOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1261	30/05/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	274,35	274,35	274,35	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1296	01/06/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	121,79	121,79	121,79	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1412	15/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	35,25	35,25	35,25	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1583	30/06/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	11,91	11,91	11,91	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1644	07/07/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	50,25	50,25	50,25	AQUISICAO DE PAES PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1652	07/07/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	212,03	212,03	212,03	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1927	03/08/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	96,50	96,50	96,50	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1949	05/08/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	37,95	37,95	37,95	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2000	11/08/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	60,12	60,12	60,12	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEREOS ALIMENTICIOS PAR A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2023	16/08/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	41,25	41,25	41,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	586	15/03/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	272,00	272,00	272,00	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	993	02/05/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	259,97	259,97	259,97	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1075	12/05/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	222,83	222,83	222,83	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) SWATINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1169	23/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	94,00	94,00	94,00	AQUISICAO DE PAO DE LEITE PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1358	07/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	35,25	35,25	35,25	AQUISICAO DE PAO PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1407	14/06/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	35,00	35,00	35,00	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (OVOS DE GALINHA) PARA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1411	15/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	35,25	35,25	35,25	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Nereu	Educação								
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1529	22/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	35,25	35,25	35,25	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PAR A MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICI PIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1550	27/06/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	32,50	32,50	32,50	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1643	07/07/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	56,20	56,20	56,20	AQUISICAO DE GENEROS ALIMETICIOS PAEZINHOS)PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1764	21/07/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	80,49	80,49	80,49	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRITIGRAMJEIROS) PARA MERENDA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2024	16/08/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	38,25	38,25	38,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2025	16/08/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	44,25	44,25	44,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA O ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2125	23/08/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	178,82	178,82	178,82	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2205	02/09/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	71,82	71,82	71,82	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO E MERENDA PARA OS ALUNOS DO O ENSINO INFANTIL QUE IRAO PARTICIPAR DO DESFILE CIVICO DE 7 DE SETEMBRO. - LEI MUNICIPAL 1.320 DE 29/08/2011.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2288	14/09/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	30,00	30,00	30,00	REFERENTE A AQUISICAO DE LEITE NINHO PARA FORNECIMENTO NA CRECHE PARA UMA CRIANCA COM PROBLEMAS ALIMENTARES
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2330	21/09/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	176,83	176,83	176,83	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2422	28/09/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	201,62	201,62	201,62	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNIC IPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2480	04/10/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	1.765,93	1.765,93	1.765,93	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTI NADOS A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2500	05/10/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	38,25	38,25	38,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2026	16/08/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	35,25	35,25	35,25	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA NUCLEOS DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2202	02/09/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	117,34	117,34	117,34	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HOR TIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENS INO INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2242	05/09/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	694,63	694,63	694,63	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTI NADO A MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO .
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2243	05/09/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	383,56	383,56	383,56	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTI NAODS A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL D O MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2249	05/09/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	72,00	72,00	72,00	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA O DESFILE CIVICO DE 7 DE SETEMBRO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2271	08/09/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	80,25	80,25	80,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAE S) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2272	08/09/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	74,25	74,25	74,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAE S) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Nereu	Educação								
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2329	21/09/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	76,66	76,66	76,66	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADO A MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2531	06/10/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	296,74	296,74	296,74	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2660	24/10/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	29,97	29,97	29,97	REFERENTE A AQUISICAO DE LEITE ESPECIAL PARA O CEI TIANILVA
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2786	04/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	44,25	44,25	44,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2877	11/11/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	368,00	368,00	368,00	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2915	17/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	47,25	47,25	47,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2916	17/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	44,25	44,25	44,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3041	28/11/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	356,31	356,31	356,31	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3122	01/12/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	307,12	307,12	307,12	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3127	01/12/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	47,25	47,25	47,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAES) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3197	07/12/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	96,91	96,91	96,91	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3210	09/12/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	123,58	123,58	123,58	REFERENCIA A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3271	15/12/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	47,25	47,25	47,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2501	05/10/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	62,25	62,25	62,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2502	05/10/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	44,25	44,25	44,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2503	05/10/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	44,25	44,25	44,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2605	19/10/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	350,61	350,61	350,61	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2784	04/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	52,40	52,40	52,40	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2785	04/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	38,25	38,25	38,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2787	04/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	50,25	50,25	50,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Nereu	Educação								
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2824	07/11/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	30,90	30,90	30,90	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2827	07/11/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	685,30	685,30	685,30	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE EDUCACAO INFANTIL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3011	23/11/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	47,25	47,25	47,25	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAE S) PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3178	06/12/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	610,77	610,77	610,77	RELATIVO A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3195	07/12/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	116,14	116,14	116,14	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COFFEE BREAK NA FORMATURA DA PRE ESCOLA
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3198	07/12/2011	ERONI FRANCISCO	1.150,00	1.150,00	1.150,00	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONFECCAO DE SUCOS PARA O COFFEE BREAK DA FORMATURA DA PRE ESCOLA E SUCOS PARA OS JARDINS DE INFANCIA E CRECHE DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Nereu	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	3270	15/12/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	99,00	99,00	99,00	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NO ENSINO INFANTIL
TOTAL						12.727,71	12.727,71	12.727,71	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	361	187.957,25	187.957,25	187.957,25
58 - Salário Educação	2011	361	66.792,52	66.792,52	66.792,52
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	361	3.930,80	3.930,80	3.930,80
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	26.107,66	26.107,66	26.107,66
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	2011	361	45.200,00	45.200,00	45.200,00



Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	2011	361	42.550,00	42.550,00	42.550,00
TOTAL			372.538,23	372.538,23	372.538,23

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	573	15/03/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	287,64	287,64	287,64	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA NAS UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	809	06/04/2011	CLEVERSON ZEITZ & CIA LTDA ME	878,50	878,50	878,50	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONFRATERNIZACAO DE PASCOA COM ALUNOS E PAIS PARA COMEMORACAO DA PASCOA
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	857	13/04/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	232,35	232,35	232,35	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) DESTINADO A MERENDA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	992	02/05/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	1.136,86	1.136,86	1.136,86	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA CONFRATERNIZACAO COM PAIS E ALUNOS COM ENTREGA DE BOLETINS
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	994	02/05/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	429,76	429,76	429,76	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTEFRUTIGRANJEIROS) PARA NUCLEOS DE ENSINO FUNDAMENTAL
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1168	23/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	102,00	102,00	102,00	AQUISICAO DE PAO FATIADO PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1254	30/05/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	94,75	94,75	94,75	AQUISICAO DE PAO PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1295	01/06/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	191,14	191,14	191,14	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIGRANJEIROS) PARA MERENDA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1409	15/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	83,10	83,10	83,10	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1530	22/06/2011	SONIA TONON & CIA LTDA	83,10	83,10	83,10	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICIPIO.
Prefeitura	00 - Recursos Ordinários	361	1534	22/06/2011	TO BALE COM. REPRES.	65,46	65,46	65,46	AQUISICAO DE MATERIAS PARA FESTA JUNINA REALIZADA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Municipal de Presidente Nereu	Ordinários				DE EMBALAGENS LTDA				COM AS CRIANCAS DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1552	27/06/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	32,50	32,50	32,50	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (HORTIFRUTIFRUTI GRANJEIROS) PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1630	06/07/2011	CASA DO XEROX LTDA	95,00	95,00	95,00	RELATIVO A SERVICOS NA CONFECCAO DE UM BANNER PARA CONFERENCIA SOBRE ALIMENTACAO ESCOLAR
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1649	07/07/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	149,10	149,10	149,10	AQUISICAO DE PAES PARA MERENDA NOS NUCLEOS DE ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	1650	07/07/2011	SONIA TONON & CIA LTDA ME	113,10	113,10	113,10	AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS (PAEZINHOS) PARA MERENDA NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	2246	05/09/2011	CASA DO XEROX LTDA	220,00	220,00	220,00	REFERENTE A SERVICO CONFECCAO DE FAIXA EM LONA PARA A O DESFILE CIVICO DE 7 DE SETEMBRO
Prefeitura Municipal de Presidente Nereu	00 - Recursos Ordinários	361	3038	28/11/2011	SUPERMERCADO SCHMOLLER LTDA	59,09	59,09	59,09	REFERENTE A AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COFFEE BREAK NA FORMATURA DO PROERD.
TOTAL						4.253,45	4.253,45	4.253,45	